

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Isabel Cristina Frias Nogari

**Ensino Médio Politécnico: O Seminário Integrado e o Desafio da
Interdisciplinaridade**

Pelotas/RS

2015

Isabel Cristina Frias Nogari

Ensino Médio Politécnico: O Seminário Integrado e o Desafio da Interdisciplinaridade

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Gestão Escolar, do Programa Nacional Escola de Gestores da Educação Básica, apresentado à Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Programa de Pós Graduação em Educação, como requisito para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.
Orientadora: Prof^ª. Márcia Maciel de Campos

Pelotas/RS

2015

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 O currículo como construção do conhecimento.....	11
2.2 O Ensino Médio Politécnico.....	12
2.3 Seminário Integrado	13
2.4 A Interdisciplinaridade no Currículo	14
2.5 Avaliação e Planejamento no Seminário Integrado.....	15
2.6 A Gestão Democrática como busca de participação e qualidade na Escola....	17
3. METODOLOGIA	19
4. AÇÕES ANALISADAS	24
5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	30
REFERÊNCIAS	32

RESUMO

Este trabalho apresenta o Projeto de Intervenção, realizado no Curso de Especialização em Gestão Escolar, desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2014 e 2015. A finalidade foi fomentar uma reflexão mais aprofundada, sobre as mudanças no Ensino Médio, que instituíram o Ensino Politécnico nas escolas públicas estaduais, bem como, sobre os desafios que vieram deste novo modelo. O foco do trabalho foi a problematização a respeito da interdisciplinaridade necessária à realização do Seminário Integrado, que é um dos eixos principais, implementados após as mudanças no Ensino Médio. A metodologia utilizada foi a da pesquisa-ação, pois sendo um instrumento pedagógico e científico instiga a refletir e a transformar a prática pedagógica, na qual, pesquisador e os sujeitos envolvidos interagem na produção de novos conhecimentos. Tendo por base a perspectiva da gestão democrática esta implica em termos consciência de que a gestão requer transparência, impessoalidade, autonomia, participação, liderança, trabalho coletivo, representatividade e competência, sendo pressuposto da organização do trabalho pedagógico e da gestão da escola. Justifica-se, assim, este trabalho por acreditar que as mudanças são necessárias e que as discussões que aqui se travam partem das inovações em relação ao Ensino Médio Politécnico e suas implicações.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Politécnico. Interdisciplinaridade. Seminário Integrado.

1. INTRODUÇÃO

O ensino médio, etapa final da educação básica, tem sido nos últimos tempos, foco de discussões em razão das mudanças propostas pelo Governo Estadual com a Secretaria de Educação (Seduc). Esses propuseram a reestruturação curricular do Ensino Médio, apoiados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1996. A reestruturação foi implantada de forma gradual durante os anos 2012 e 2014, mas na prática ainda agora, no ano de 2015, as escolas estão procurando adaptar-se às mudanças impostas.

Com a finalidade de fomentar a discussão e a reflexão sobre essas mudanças, foi pensado e desenvolvido o presente trabalho, que trata do Projeto de Intervenção (PI) planejado e desenvolvido durante o Curso de Especialização em Gestão Escolar no qual participei entre os anos de 2014 e 2015. O PI teve por objetivo promover uma reflexão mais aprofundada, em especial, em relação à dificuldade que os professores vêm enfrentando para desenvolver o Seminário Integrado. Esse é um dos grandes desafios da implementação do Ensino Médio Politécnico nas escolas estaduais no Rio Grande do Sul, e se faz necessário o empenho da gestão escolar em administrar e auxiliar na superação desses desafios.

Após o ato estabelecido pela Secretaria de Educação–RS, nossa escola, E.E.E.M. Engenheiro Roberto Bastos Tellechea, passou a efetivar a nova proposta do Ensino Médio Politécnico e para tanto, foi preciso adaptar-nos às mudanças, dentre as quais “[...] articular a formulação do projeto político-pedagógico com os Planos de Educação nacional, estadual e/ou municipal, o contexto em que a escola se situa e a necessidades locais e de seus estudantes.” (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013, p.177).

Portanto, foi necessária uma reformulação do Projeto Político Pedagógico para adequá-lo ao Ensino Médio Politécnico, para então abarcar todos os componentes integrantes, os quais norteiam as ações educativas, organizacionais e curriculares próprias da Educação Básica. Dentre as mudanças realizadas, foi proposto o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, no sentido de articular os conhecimentos construídos no âmbito de cada área disciplinar e as aprendizagens vivenciadas pelos educandos. Outra mudança foi na avaliação, que era por nota e passou a ser por conceitos descritivos, atribuídos por áreas e não mais por

disciplinas individualizadas. Além disso, houve o aumento da carga horária curricular (AZEVEDO e REIS, 2014).

As mudanças do Ensino Médio vêm provocando estranheza entre professores e alunos na escola em que trabalham. Existe muita resistência de diversos professores para trabalhar com o Seminário Integrado, já que sua realização demanda o envolvimento de outras disciplinas, com os respectivos professores, de modo interdisciplinar e nem todos se sentem confortáveis diante dessas demandas e transformações.

Nesse sentido, diante das observações realizadas no interior da escola, foi possível perceber que, na maioria das vezes, os professores, assim como os alunos, têm dificuldades para trabalhar com a interdisciplinaridade. Talvez seja por falta de preparação dos professores, ou por terem uma formação tradicional. Talvez por colocarem seus interesses acima das necessidades dos alunos, ou também porque as condições de trabalho e salariais não os estimulem a rever suas práticas. Ou ainda, a própria gestão escolar pode funcionar como estímulo ou um obstáculo às mudanças. Todas essas questões geram dificuldades para as instituições escolares no que tange à definição e organização das grades curriculares e é muitas vezes agravada pela falta de diálogo entre os professores de suas áreas disciplinares de origem.

A partir disso, meu foco com o Projeto de Intervenção (PI), foi colaborar com o diálogo entre as disciplinas do Ensino Médio Politécnico, juntamente com os professores. Com a finalidade de proporcionar reflexões a respeito do “desafio da interdisciplinaridade no Seminário Integrado”, de forma a vincular a teoria com a prática em consonância com os educandos nos seus processos de ensino e aprendizagens. Essa busca pelo diálogo está sustentada no compromisso com a gestão democrática e requer uma prática docente construída através de uma escola que permita aos sujeitos ter suas vozes ouvidas, sejam nas discussões, nos debates e negociações, possibilitando-os a serem mais críticos e participativos.

Sendo assim, o Projeto de Intervenção (PI) foi desenvolvido na Escola Estadual de Ensino Médio Engenheiro Roberto Bastos Tellechea, no bairro Parque Marinha, na cidade de Rio Grande - RS. Este estabelecimento trabalha com três modalidades de ensino, o Ensino Fundamental de Nove Anos, o Ensino Médio Politécnico (diurno e noturno), e Educação de Jovens e Adultos.

Atualmente trabalhamos com aproximadamente 90 profissionais entre professores e funcionários. Nosso corpo discente é composto por 893 alunos registrados até o momento (outubro/2015) conforme o documento Informatização da Secretária da Educação (ISE).

Nossa escola encontra-se localizada na periferia da cidade, a uma distância aproximadamente de 20 km do centro da cidade. A escola atende crianças, adolescentes e adultos pertencentes à comunidade onde está inserida e alunos provenientes de outros bairros da cidade. É objetivo da escola, oferecer um espaço escolar no qual todos os segmentos da comunidade possam desenvolver valores de justiça, solidariedade, responsabilidade e respeito, numa gestão participativa, não só do processo de decisão, mas na construção do seu próprio conhecimento conforme Projeto Político Pedagógico da escola (2009).

Meu olhar no campo da educação vem se construindo há mais de vinte e oito anos, e todos eles atuando nesta mesma escola, na função de Agente Educacional, mas nos últimos três anos trabalhando como vice-diretora legal. Como gestora, procuro trazer contribuições para situações de estudos, reflexões, construção coletiva e integração do trabalho docente, dos quais está diretamente envolvido o Seminário Integrado. Assim, busco favorecer o diálogo entre as disciplinas do Ensino Médio Politécnico, a fim de que o conhecimento possa ser construído de modo a contemplar a interdisciplinaridade no contexto e as necessidades da comunidade escolar.

Para tanto, torna-se fundamental a prática em uma pedagogia orientada pelo diálogo permanente entre todos os sujeitos que nela circulam, sendo uma tarefa obrigatória em uma nova perspectiva de administrar as instituições públicas (CURY, 2005).

A aplicação desse projeto teve como metodologia norteadora a pesquisa-ação, pois partindo dos argumentos de Franco (2005) essa metodologia nos permite uma dinâmica de princípios e práticas de uma perspectiva investigativa, com o escopo de aprimorar o pensar e o fazer relacionados aos estudos escolares.

A filosofia da Escola Estadual Ensino Médio Engenheiro Roberto Bastos Tellechea tem por base uma educação democrática e humanística, partindo da realidade onde está inserida, busca uma proposta pedagógica que favoreça a construção de aprendizagens significativas, para que o educando desenvolva o espírito crítico e participativo, o que o torna cidadão consciente, capaz de interagir e intervir na sociedade e no mundo do trabalho como afere o Projeto Político

Pedagógico (PPP) da escola de 2009. Assim, sua identidade pode refletir no interior da escola na perspectiva de gestão democrática, bem como traduz Veiga (2013).

Se considerarmos que a educação é a emancipação plena dos sujeitos e que através do diálogo os homens se constituem num processo de busca permanente pelo saber, para construir uma visão do mundo, então é importante avançar no sentido da integração e do diálogo nos processos de ensino e aprendizagem, a fim de formar cidadãos capazes de pensar, de questionar, de refletir sobre que sociedade se tem e a qual queremos.

Todas as ações feitas no ano de 2015, durante a aplicação do Projeto de Intervenção me permitiram fazer um aprofundamento das concepções e estratégias que viabilizassem o diálogo e a participação efetiva da maioria dos membros da comunidade escolar, na tentativa de qualificar a educação e o trabalho nas práticas sociais.

Procurei, no Projeto de Intervenção, superar os obstáculos avançando na defesa de uma escola viva, acreditando que a autonomia e a emancipação dos sujeitos são indispensáveis para exercer seus direitos individuais, coletivos, sociais e políticos de cidadania. Acredito que o ensino médio é uma etapa de suma importância aos sujeitos e que dela concerne a busca pelo futuro com vistas à inserção na vida profissional, bem como, ingressar no ensino superior e principalmente na sua formação cultural e cidadã.

Este trabalho está estruturado em capítulos, sendo este o primeiro da introdução, onde resumidamente apresento o tema do PI e o contexto em que ele foi desenvolvido e aplicado. O segundo capítulo traz o referencial teórico no qual se apoiou este trabalho, com destaque para o conceito de gestão democrática, sendo referencial base do curso de especialização no qual desenvolvi o Projeto de Intervenção. Outros conceitos são apresentados e contribuíram para a interpretação das ações desenvolvidas, dentre eles: o projeto político pedagógico, participação, cidadania e o direito à educação. O terceiro capítulo apresenta a metodologia e descrevo as ações desenvolvidas ao longo do desenvolvimento e aplicação do PI e as experiências compartilhadas. No quarto capítulo analiso os resultados dessas ações a partir do movimento teórico/prático da proposta de intervenção apresentado no PI. O quinto capítulo traz algumas considerações, onde ressalto pontos da mudança provocada com a intervenção, novos questionamentos e possibilidades

acerca das aprendizagens desencadeadas na escola a partir das práticas realizadas ao longo desse ano de 2015.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Aludir sobre educação é dizer que é um direito de todos e um dever do Estado criar e ofertar condições efetivas para que o ensino se realize com amplitude e principalmente que tenha qualidade. Por isso a educação é um bem público, imprescindível e insubstituível, de caráter próprio por implicar a cidadania e seu exercício consciente, por ser gratuito e obrigatório no âmbito da educação básica, e do qual vem cercado de proteção como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação e os pareceres e resoluções dos Conselhos de Educação (CURY, 2005).

Lembrando a resolução nº2, de 30 de Janeiro 2012, a qual define que as Diretrizes Nacionais para o Ensino Médio:

Art.2ºAs diretrizes Curriculares para o Ensino Médio articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos, definidos pelo Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas educacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, planejamento, implementação e avaliação das propostas curriculares das unidades escolares públicas e particulares que oferecem o Ensino Médio. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013, P.194)

Atualmente nos deparamos com mudanças na educação básica, principalmente no processo da implantação da reforma do Ensino Médio, alicerçados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), promulgada em 1996. A viabilização da reforma educacional do ensino médio acarretou várias mudanças nas instituições escolares, como a descentralização da gestão, autonomia administrativa, financeira e pedagógica, mudanças na avaliação, no currículo. Conforme está justificado na (LDBEN, 2001), todas as ações têm como objetivo aperfeiçoar os recursos para obter democratização, melhorias e qualidade da educação escolar.

Enfim, não há mais lugar para o conhecimento educacional meramente conteudista e estanque, pois a partir da contemporaneidade temos um movimento no qual os estudiosos da educação buscam construir uma nova forma de pensar e fazer o Ensino Médio, portanto, inicia-se a transformação curricular nas escolas

públicas e principalmente no Estado do Rio Grande do Sul. (AZEVEDO e REIS, 2014)

2.1 O currículo como construção do conhecimento

O currículo constitui-se parte muito importante no processo de educação escolar, neste sentido, busquei delinear reflexões e conceitos a respeito do currículo do Ensino Médio, no que tange à inovação e na definição das grades curriculares, no propósito da melhoria na qualidade do ensino.

A concepção de currículo apresentada pela reforma educacional define o currículo como um “[...] conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social e que contribuem, intensamente, para a construção de identidades sociais e culturais dos estudantes” (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013, p.27).

Um dilema que a contemporaneidade enfrenta em relação aos programas educacionais das instituições escolares do ensino é quais os conhecimentos e saberes que devem ser ensinados para as novas gerações, ou seja, a organização curricular a ser desenvolvida no decorrer de cada trabalho pedagógico a ser desenvolvido pelos docentes. Essa questão aborda diferentes concepções, sendo uma discussão que abrange a natureza humana, a natureza da aprendizagem, do conhecimento, da cultura e da sociedade (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013).

Do mesmo modo Santos (2013) propõe pensarmos o currículo, visando selecionar e organizar o que é considerado relevante a ser ensinado. Na verdade é pensar nas questões políticas, sociais, econômicas e culturais, pois no decorrer dos tempos o currículo não é visto como algo dado, e sim como um conjunto de práticas simbólicas, e não apenas de instrução dos sujeitos, mas na formação de suas subjetividades.

Ao instituir o Ensino Médio Politécnico (EMP) no Estado do Rio Grande do Sul, fizeram-se necessárias mudanças curriculares. Essa reestruturação foi implantada para “[...] propor uma política educacional capaz de modificar o quadro de crise em que se achava o Ensino Médio gaúcho” (AZEVEDO e REIS, 2014, p.30).

2.2 O Ensino Médio Politécnico

Azevedo e Reis (2014) referem-se à crise ocorrida em razão dos baixos índices de aprovação e alto índice de reprovação, bem como, pelo abandono escolar que significa que o aluno evadiu, sem pedir transferência da escola antes do encerramento do ano letivo do Ensino Médio em nosso estado, justificando-se o fracasso escolar no Rio Grande do Sul.

Nesse sentido, o governo do Rio Grande do Sul propôs uma política educacional e, para isso produziu um documento-base intitulado Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio “[...] no qual propunha a reestruturação curricular do ensino Médio para ser implantado de forma gradual durante os anos de 2011 a 2014” (AZEVEDO e REIS, 2014 p.30).

Para melhor compreender o sentido do Ensino Médio Politécnico (EMP) temos o auxílio de Azevedo e Reis que nos coloca:

O EMP objetiva a articulação de todas as áreas de conhecimento e suas respectivas tecnologias com os avanços culturais, científicos, tecnológicos e do trabalho, elegendo-o como princípio educativo. Nesse contexto, a politécnica materializa-se na indissociabilidade entre a formação intelectual, física e tecnológica. (AZEVEDO e REIS, 2014 p. 35)

A ideia de politécnica como estruturante do currículo e como concepção dos processos de aprendizagem, vincula o mundo do trabalho à formação intelectual. As práticas pedagógicas construídas a partir do Ensino Politécnico possibilita aos indivíduos compreender sua postura no mundo frente à realidade social, não separando a prática da teoria. (AZEVEDO e REIS 2014)

Conforme a Seduc - RS (2011) a reestruturação curricular estabelece que as instituições escolares proponham uma nova prática pedagógica, tendo como referencial metodológico o Seminário Integrado (SI), o qual institucionaliza o desenvolvimento de projetos interdisciplinares, tendo por objetivo o enfoque investigativo na produção do conhecimento conectado com o mundo do trabalho.

2.3 Seminário Integrado

Conforme Silvio Rocha (SEDUC, 2011), diretor pedagógico da Secretaria da Educação - RS o Seminário Integrado se sustenta em três pilares:

- O primeiro eixo articulador e problematizador do currículo possibilita olhar crítico e participativo entre alunos e professores; desenvolve-se no contexto da prática, reuni diversos saberes integrado, possibilita o estudo de problemas concretos. Sua ação pedagógica pode ser constituída a partir de eixos conceituais, como cultura, tecnologia e trabalho, infraestrutura, organização social.
- O seminário incide em um lugar de integração dos conhecimentos formais com conhecimentos e realidades sociais interdisciplinares. Neste eixo a ação pedagógica pode-se efetivar por meio de eixos temáticos transversais, como meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e arte, etc.
- O terceiro eixo embaixador do seminário faz dele um espaço de produção de conhecimento por meio de postura de investigação, por familiarizar alunos com a produção de projetos de pesquisa, relatórios analíticos e organização de encontros científicos. (idem)

No entanto, é necessário reconhecer que nos espaços escolares nem sempre o objetivo do SI está se concretizando, pois alguns professores não conseguem planejar coletivamente e tampouco realizar um trabalho interdisciplinar, demonstrando resistência para romper com os limites de suas disciplinas. Talvez pela falta de formação, incentivo, ou mesmo desinteresse. Percebe-se também que na maioria das vezes os alunos não participam dessa metodologia, pode ser que lhes falte incentivo por parte dos professores, não sabemos ao certo a razão do desinteresse deles. A própria gestão talvez não consiga perceber a problemática que envolve o pleno desenvolvimento do Seminário Integrado, ou ela mesma esteja resistente a estas mudanças.

Segundo Azevedo e Reis (2013) o Seminário Integrado não se traduz a uma ferramenta meramente metodológica para juntar as disciplinas afins. Essa prática se constitui em espaços planejados, integrados tanto do professor quanto do aluno, é um meio para que o aluno supere as dificuldades e instigue o professor a refletir e rever suas práticas docentes. Sendo assim, o professor é o mediador do Seminário Integrado, componente que estabelece o diálogo interdisciplinar entre as áreas do

conhecimento que pauta as atividades de ensino e de aprendizagem a partir da pesquisa enquanto princípio pedagógico.

No intuito de visualizar e compreender as ações do cotidiano dos professores que atuam nesta instituição, na construção de como trabalhar as relações de ensino e aprendizagem nas disciplinas e o currículo que norteiam o trabalho pedagógico, é preciso que se compreenda o Seminário Integrado como uma proposta que contempla o mundo do trabalho e das relações sociais, promovendo a formação científica e tecnológica, sendo assim, o eixo articulador e problematizador do currículo se constitui no exercício da interdisciplinaridade.

2.4 A Interdisciplinaridade no Currículo

Outra tarefa a respeito do currículo é a interdisciplinaridade, essa se constitui em uma nova concepção e reunificação dos saberes escolares, podendo ser aplicada em todos os âmbitos do conhecimento. Para tanto, a metodologia interdisciplinar do trabalho pedagógico significa defender uma concepção de sujeitos que se propõem a serem mais abertos, flexíveis, solidários, democráticos e críticos. Nesse sentido, a interdisciplinaridade abarca a integração dos conteúdos, a superação da dicotomia entre ensino aprendizagem e leva em conta as histórias dos sujeitos envolvidos.

Valendo-se de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, o Parecer CNE/CEB nº7/2010 e Resolução CNE/CEB nº4/2010 explicitam que:

A interdisciplinaridade pressupõe a transferência de métodos de uma disciplina para outra. Ultrapassa-as, mas sua finalidade inscreve-se no estudo disciplinar. Pela abordagem interdisciplinar ocorre a transversalidade do conhecimento constitutivo de diferentes disciplinas, por meio da ação didático-pedagógica mediada pela pedagogia dos projetos temáticos. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013, p.28)

Trabalhar em sala de aula valendo-se de mecanismos de interdisciplinaridade, é possibilitar ao estudante um planejamento inovador, deixando de lado um trabalho singular e repetitivo, o qual leva os sujeitos em questão a ver e analisar o mundo apenas pelo prisma alienador (AZEVEDO e REIS, 2014).

Partindo do pressuposto de que, para uma organização curricular coerente e de qualidade é necessário considerar a realidade do aluno, sua cultura, a geração de trabalho e renda, sua condição de vida econômica e social. Para tanto, é preciso desenvolver situações de ensino/aprendizagem, onde não se estabeleça a fragmentação das áreas do conhecimento, por isso, deve-se trabalhar com um planejamento coletivo e interdisciplinar.

E no que tange a interdisciplinaridade é de suma importância uma metodologia de trabalho que contemple uma atitude de ousadia, pois segundo Fazenda (2008, p. 21) “[...] se tratamos de interdisciplinaridade na educação, não podemos permanecer apenas na prática empírica, mas é necessário que se proceda a uma análise detalhada dos porquês dessa prática histórica e culturalmente contextualizada.” Desse modo, a ação integrada através da interdisciplinaridade marca a construção de uma escola democrática e participativa, na qual os sujeitos interagem em prol da melhoria da sociedade.

2.5 Avaliação e Planejamento no Seminário Integrado

Devido às reformas do Ensino Médio no RS, as propostas, a partir da mudança do Ensino Politécnico, trouxeram novos paradigmas em relação ao currículo, também a avaliação, a qual rompe com a tradicional, classificatória, seletiva e excludente (LDBEN 5692/71). Essa nova política de reestruturação curricular resgata a função diagnóstica e emancipatória da avaliação (LDBEN 9394/96), no sentido de ser cooperativa e solidária, bem como, democrática sinalizando caminhos de superação das dificuldades da aprendizagem. (AZEVEDO e REIS, 2014).

Também em relação aos novos moldes, a avaliação conforme Hoffmann (1998) requer um processo contínuo, formativo e personalizado, sendo um dos elementos presentes nas práticas pertinentes à constituição de conhecimentos pelo educando. Desse modo, pensamos que a avaliação mediadora é um processo de construção e elaboração ampla e constituindo-se a todo o momento, pois hoje as escolas acabam por medir o cognitivo dos alunos através de métodos lineares, classificando quem sabe e quem não sabe em sala de aula.

Para desenvolver uma proposta de avaliação mediadora, é necessário possibilitar:

Tarefas avaliativas, numa visão mediadora, são planejadas tendo como referência principal a sua finalidade, a clareza de intenções do professor sob o uso que fará dos seus resultados, muito mais do que embasadas em normas de elaboração. (HOFFMANN, 1998, p.183)

Ao pensar em avaliação na perspectiva mediadora, Hoffmann (1998) diz que o professor deve ter em mente, questões investigativas no intuito de problematizar hipóteses construídas por seus alunos. O professor deve conhecer seus alunos, seus avanços e dificuldades esse processo poderá significar o ato de examinar o grau de adequação entre um conjunto de informações ou, um conjunto de critérios apropriados a objetivos fixados, para uma tomada de decisão.

No processo de construção de um currículo contemplando a interdisciplinaridade, o planejamento é um instrumento valioso, como afirma Gandin (1999) sobre a importância do planejamento, porque o planejar é sempre uma forma de buscar a transformação da realidade, sempre propor ações, atitudes, regras e rotinas que possam levar à satisfação das necessidades descobertas da realidade, ou na prática, através da avaliação que é a comparação do que se quer com aquilo que existe.

Portanto, o planejamento tem o intuito, de forma conjunta e organizada, de projetar a preparação de tarefas e atividades de acordo com métodos e procedimentos, visando à realização de um determinado objetivo e prioridade específica. Nesse sentido, se o professor, almeja uma sociedade mais justa e igualitária, deve planejar sua ação educativa em sala de aula, contemplando a realidade que visa interferir, de maneira que possa propor modificações e transformações na sociedade e no desenvolvimento das coletividades.

Assim, o ato de planejar é a ação consciente do profissional da educação, amparada em concepções político-pedagógicas, nas questões sociais, econômicas, culturais e históricas, definem Azevedo e Reis:

O planejamento educacional, assim como o currículo e a avaliação na escola, enquanto componentes da organização do trabalho pedagógico, está circunscrito fortemente a esse caráter de não neutralidade, de ação intencional condicionada pela subjetividade

dos envolvidos, marcados, enfim, pelas distintas visões de mundo de propositores e executores. Desse modo, o trabalho pedagógico define-se em sua complexidade e não se submete plenamente ao controle. No entanto, isso não se constitui em limite ou problema, mas indica que estamos diante da riqueza do processo de formação humana e diante, também, dos desafios que o caráter, sempre histórico, dessa formação nos impõe. (AZEVEDO e REIS, 2014 p.69)

2.6 A Gestão Democrática como busca de participação e qualidade na Escola

Pensar em uma educação de qualidade é pensar em uma escola democrática com uma gestão democrática, que objetive formar cidadãos críticos e participativos. Os pressupostos teóricos que fundamentam esta concepção de gestão escolar estão também presentes nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013).

Como ressalta Cury (2005), para termos uma escola democrática temos que ter consciência que sua gestão requer transparência e impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência, é nesse sentido que a gestão democrática é uma gestão de autoridade compartilhada. Nessa perspectiva, é inegável a importância das relações que envolvem a organização e o funcionamento da instituição escolar quanto a sua democratização, no entanto, é necessária a tomada de medidas com a finalidade de promover a partilha de poderes entre dirigentes.

São muitos os mecanismos utilizados no avanço por maior intensidade democrática na e pela educação, ou seja, de participação nas decisões e ações, dentre esses mecanismos destacam-se: as eleições diretas de dirigente, a atuação de conselhos deliberativos, a construção de projeto político pedagógico de forma participativa, criação do regimento em bases democráticas, aplicação de avaliações emancipatórias, bem como, o planejamento participativo.

Nesse sentido Carbello e Galina (2015) argumentam que:

Atualmente, a gestão democrática, expressão da conquista desse movimento popular, é tema pertinente em todas as escalas administrativas e vem sendo colocada como ponto de reivindicação em todos os setores da sociedade. Seus princípios são bem definidos, embora existam pontos contraditórios entre o que se estabelece como ideal e o que se aplica com a denominação de “democracia”. Participação e transparência são princípios essenciais

da gestão democrática. [...] todos os envolvidos no processo educacional – professores, pais, alunos e a comunidade representada pelas instâncias colegiadas - devem participar da gestão, assim como todas as ações e decisões tomadas devem ser de conhecimento de todos. (CARBELLO e GALINA, 2015, p. 08)

Portanto, a democratização na gestão escolar implica em discutir também os conceitos de cidadania, que envolvem um processo em termos de direitos e deveres dos. Como ações, estamos sempre exercendo o aprofundamento de concepções e de estratégias que viabilizam diálogo, transparência e a participação efetiva de todos os membros da comunidade escolar, articulando essas ações que envolvam os segmentos e qualificando o espaço e as aprendizagens.

Desse modo, o Projeto Político Pedagógico é um importante mecanismo de exercício democrático na escola, pois é um definidor de critérios, socializador dos problemas da escola, da gestão, do currículo e da avaliação, sendo um documento referencial para a organização da vida da instituição escolar, sendo “[...] o documento da identidade educativa da escola que regulariza e orienta as ações pedagógicas” (VEIGA, 2013, p.163).

A importância de construir um projeto Político Pedagógico que concretize uma gestão democrática do pensar e do fazer, entre teoria e prática, e que permite a formação de cidadãos críticos, bem como, profissionais comprometidos com os ideais de uma sociedade mais justa é, sem dúvida, um desafio para o gestor e todos da comunidade escolar.

Para Virginio e Bittencurt (2014), a relação entre direito à educação e direito de cidadania é a expressão de direitos aos quais todos os homens têm direitos, sejam eles civis, políticos e sociais, e que a possibilidade de igualdade humana é a base na participação da vida integral na comunidade.

Tais reflexões nos permitem repensar o que queremos como escola democrática e participativa, pois como gestores, temos a obrigação de conduzir ações coletivas que garantam a todos o direito de cidadania, bem como elimina a desigualdade escolar e social, fomentar a valorização da diversidade e garantir a manutenção de outros direitos dos quais pertence a todos os sujeitos.

3. METODOLOGIA

O presente estudo foi realizado a partir de uma pesquisa-ação desenvolvida na escola pública da rede estadual E.E.E.M. Engº Roberto Bastos Tellechea. Nesse Projeto de Intervenção (PI) foi utilizada esta metodologia por permitir atuar enquanto um instrumento pedagógico e científico que leva a refletir, instigar e a transformar a prática pedagógica existente na instituição. Nessa direção, a metodologia da pesquisa-ação deve gerar um processo de reflexão, tendo essencialmente a transformação participativa em que o pesquisador e os sujeitos interagem na produção de novos conhecimentos (FRANCO, 2005).

Para a produção dessa escrita, utilizei-me da estratégia metodológica de observações, em reuniões pedagógicas com a supervisão e os professores do Ensino Politécnico das quais participei, para aplicar a proposta conforme o Projeto de Intervenção. Na segunda quinzena de novembro de 2014, foi realizada uma reunião com a equipe diretiva a supervisão e o conselho escolar em todos os seguimentos (professores, pais, alunos e funcionários) para tratarmos de assuntos da escola.

Nesse momento tive a oportunidade de apresentar minha proposta do curso de especialização, e o foco do PI. Coloquei a todos a minha intenção de problematizar a respeito do Seminário Integrado e a complexidade da interdisciplinaridade do Ensino Politécnico. Esse diálogo deu a oportunidade dos professores se manifestarem em relação às dificuldades que enfrentam com essa proposta do governo estadual. Nessa reunião foi programado que, na segunda quinzena de março deste ano de 2015, faríamos uma reunião com pais dos alunos que estariam concluindo o Ensino Fundamental para esclarecimentos a respeito da nova reforma do Ensino Médio, como currículo, Seminário Integrado e avaliação.

Percebi, a partir do diálogo com os colegas, as dificuldades que eles enfrentam com seus trabalhos pedagógicos, como agregar a interdisciplinaridade em suas disciplinas, a oportunidade de contribuir com a aplicação desse Projeto de Intervenção, no que se refere ao ensino e aprendizagem. Portanto, a maioria dos professores participou da reunião e se sentiram atraídos com a ideia de problematizar essas questões, do qual esta sendo polêmicas nas escolas de Ensino Médio Politécnico, a partir dessa reestruturação do Ensino Médio.

Apesar de boa e inovadora, a proposta do governo mais assustou, do que entusiasmou os educadores nesses três anos de implementação do ensino politécnico.

Mas, mesmo perdidos, alguns educadores apostaram nessa modalidade e ainda hoje, continuam trabalhando com (SI), por ser uma proposta que parte das incertezas do aluno, abrindo um leque de possibilidades, fazendo com que o projeto vá se enriquecendo ao longo do processo, descobrindo e ampliando saberes.

Outro propósito que o Projeto de Intervenção teve, foi promover reuniões realizadas no primeiro semestre de 2015, em um encontro por mês. Nesse sentido, com a aplicação desse projeto (PI) tive como objetivo aumentar os espaços de diálogo, em consonância com o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio (PNFEM), o qual seguia um cronograma promovido pela 18ª CRE, que discutia caminhos para fazer valer o projeto do Ensino Médio Politécnico, procurando registrar, ler e escrever sobre como estavam vivenciando suas práticas pedagógicas na escola.

Aproveitando a ocasião, para reforçar ainda mais a importância de desenvolver o Seminário Integrado e a metodologia interdisciplinar, foi proposto para os educadores trazer profissionais de outras escolas que trabalharam com o Seminário Integrado, relatando suas experiências com projetos interdisciplinares, na intenção de oportunizar uma autoreflexão e avaliação de suas práticas, que sempre devem estar em transformação. Isso significa qualificar e compreender seu trabalho pedagógico, e avaliar a situação onde este se produz, bem como, envolver a participação de todos, assegurando a organização de uma atividade democrática e propiciando o compromisso dos sujeitos com a mudança.

Dando andamento à proposta do PI, ao longo do segundo trimestre de 2015, a equipe diretiva e a coordenação pedagógica, trouxeram outros educadores para participarem de um diálogo com os professores do ensino politécnico. O combinado foi que, dividíamos em três etapas os diálogos nos quais os docentes convidados relatassem suas experiências, em torno do Seminário Integrado e a interdisciplinaridade, tendo como objetivo instigar os colegas a se aventurarem com essa metodologia de ensino, deixando de lado uma proposta pedagógica tradicional.

Assim, descrevo o relato feito em um dos encontros do PACTO no mês de junho, da professora A, a qual trabalhou com SI em uma escola da periferia da cidade de Rio Grande no Ensino Médio Politécnico com uma turma de 1º ano:

“As vantagens que essa experiência proporcionou com a turma foi a troca de conhecimento entre os grupos, o aluno escolhe o assunto a ser trabalhado e a partir

dai o conteúdo de biologia é desenvolvido independentemente da grade curricular. O interesse do aluno em mostrar para os colegas o seu ponto de vista sobre determinado assunto lhe dá mais incentivo ao conhecimento, os alunos participam das atividades quando estas são propostas por eles. Mas nem tudo é perfeito com essa metodologia, os entraves que perpasssei foram a falta de colaboração dos colegas de outras disciplinas em participar das atividades, pois essa é uma metodologia que abarca a interdisciplinaridade. Também o apoio pedagógico para realizar as atividades sugeridas pelos alunos, assim como recursos didáticos e matérias.” (PROFESSORA A, 2015)

Outro relato realizado na reunião do PACTO no mês de julho com professores do Ensino Médio Politécnico foi da professora B que também desenvolveu suas atividades pedagógicas com o SI nas turmas do noturno em uma escola estadual de ensino médio:

Segundo essa Professora B (2015), “a disciplina de seminário integrado é bastante interessante ao aluno de ensino médio. Sua intenção é de promover a pesquisa e a observação da realidade e o senso crítico do aluno em relação ao conhecimento e o que vincula com o mundo real. Portanto, na sua essência o seminário integrado promove uma formação mais completa do aluno. Porém, com as limitações existentes, muitas vezes essa disciplina acaba por perder seu objetivo inicial. Confesso que minha experiência nessa atuação foi um pouco frustrante, pois considero difícil mobilizar o aluno do noturno para tal fim. A falta de assiduidade de alguns estudantes e a pouca participação e envolvimento dos professores de outras áreas foram, sem dúvida, as principais causas do meu descontentamento. Acho que nesse formato fica inviável trabalhar. Lamentavelmente as escolas ainda estão muito desestruturadas para esse tipo de prática.”

Também em outra reunião do PACTO, realizada no mês de agosto, com a professora C de escola estadual, no turno da manhã, com o ensino médio, o relato foi o seguinte:

“Muito se tem discutido sobre o tema interdisciplinar nas escolas. Cabe aqui relatar a minha experiência nessa escola, de modo a contribuir para o desenvolvimento de uma prática interdisciplinar satisfatória. Durante o ano de 2014, trabalhei nesta

escola como professora e participei ativamente como orientadora de duas alunas no trabalho referente à disciplina de seminário integrado. A proposta consistia em desenvolver de forma teórica e prática ao longo do ensino médio uma pesquisa sobre um tema de interesse do aluno. Dessa forma, os professores que tivessem direta ou indiretamente relação com o tema a ser abordado, ficariam encarregados de subsidiar os mesmos como, por exemplo, indicações de sites para a pesquisa, fontes bibliográficas, normas da ABNT, elaboração para a prática sobre o tema no final do ensino médio. Cada professor ficou responsável por um tema de referência, afinidade ou área de conhecimento. O tema orientado por mim foi o Racismo, escolhido pelas alunas. Assim, pesquisamos juntos a história, leis, vídeos, casos e fatos, envolvendo a prática do racismo em nossa sociedade. Além disso, outros professores contribuíram com sugestões sobre o tema e vice-versa compartilhando suas vivências e experiências. No dia da apresentação, a banca avaliadora era composta por todos os orientadores juntamente com o coordenador da disciplina para avaliar o processo como um todo. Acredito que essa experiência foi de significativa importância para mim enquanto docente e discente, pois com a teoria e a prática aprendi a trabalhar de forma interdisciplinar, integrando os saberes, por meio de uma prática reflexiva. Além disso, este trabalho possibilitou uma integração entre a comunidade escolar, reforçando a relação professor-aluno tão importante para uma prática construtiva docente.” (PROFESSORA C, 2015)

Outra atividade realizada foi que na quinzena de setembro em reunião pedagógica com os professores do Ensino Médio e a supervisão foi acertado que realizaríamos uma mostra cultural com a participação da comunidade escolar e todos os professores, para pôr em prática a interdisciplinaridade. Essa mostra cultural consistiria em uma atividade anual, que visa o desenvolvimento e exposição de trabalhos artísticos e culturais, realizados pelos alunos ao longo do ano letivo abordando um tema escolhido pela comunidade escolar, com a criação de slogan e desenhos pelos alunos do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA. Os trabalhos apresentados seriam interdisciplinares e englobariam também projetos do Seminário Integrado (Ensino Médio Politécnico).

Para finalizar o trabalho da mostra cultural, seria confeccionado, com a equipe pedagógica, um banner para que pudéssemos deixar registradas para toda a comunidade as atividades que a escola oferece para todos, de forma a valorizar os envol-

vidos no processo, e assim fomentar o colegiado a produzir outros trabalhos e pesquisa. Esse projeto envolve toda a comunidade desde a equipe diretiva, pedagógica, funcionários, docentes e discentes. Embora, ainda não tendo sido realizado essa mostra cultura, até o momento dessa escrita de conclusão do curso, acredito ser de grande valia para desenvolver um trabalho diferenciado, que abrange a todos da comunidade, para além dos muros da escola.

4. AÇÕES ANALISADAS

As observações advindas do Projeto de Intervenção do Curso de Especialização em Gestão Educacional, neste momento são relatadas através de uma análise mais aprofundada e detalhada de como se trabalhou o (PI) dando subsídio a esta escrita. Para tanto, é preciso compreender que a proposta da pesquisa-ação como metodologia teve o compromisso nas abordagens interpretativas de análise, na sustentação participativa crítica, cujo processo de pesquisa deve permitir reconstruções e reestruturação, bem como, na emancipação dos sujeitos aqui envolvidos.

Considerando os estudos de Franco a pesquisa-ação assume um caráter formativo-emancipatório, pois:

[...] se essa transformação é percebida como necessária a partir dos trabalhos iniciais do pesquisador com o grupo, decorrente de um processo que valoriza a construção cognitiva da experiência, sustentada por reflexão crítica coletiva, com vistas à emancipação dos sujeitos e das condições que o coletivo considera opressivas, essa pesquisa vai assumindo o caráter de criticidade e, então, tem se utilizado a conceituação de pesquisa-ação crítica. (FRANCO, 2005, p.485)

Se encararmos a pesquisa-ação como uma forma de investigação fica mais claro que essa ação tem um planejamento, uma implementação, uma avaliação. E que as observações realizadas das práticas atuais dos professores e professoras em relação ao Seminário Integrado e sua interdisciplinaridade, tiveram o intuito de fomentar mudanças sendo necessárias para o aperfeiçoamento de suas práticas, ou seja, introduzir uma nova maneira de fazer do professor, tornando significativa a relação entre o ensinar e o aprender. Pois, a escola é o espaço por excelência da promoção do diálogo dos diferentes saberes, reconhecendo seu poder de transformar a realidade.

Segundo Tripp (2005, p.453), “torna-se explícito que se deve planejar tanto para a mudança na prática quanto para a avaliação dos efeitos da mudança na prática”, observa-se que a pesquisa-ação investiga e aperfeiçoa a prática da qual foi estabelecida pela ação dos investigados.

No intuito de visualizar e compreender as ações do cotidiano dos professores que atuam na Escola Estadual de Ensino Médio Engenheiro Roberto Bastos

Tellechea, na construção de como trabalhar as relações de ensino e aprendizagem tanto nas disciplinas como no Seminário Integrado e o currículo que norteiam o trabalho pedagógico, é preciso compreender que o Seminário Integrado é uma proposta que contempla o mundo do trabalho e das relações sociais, promovendo a formação científica e tecnológica, sendo assim, o eixo articulador e problematizador do currículo, e se constitui no exercício da interdisciplinaridade, assim explicita Azevedo e Reis (2014).

Devido às mudanças do ensino Médio para o Politécnico o Projeto Político Pedagógico da escola em questão se encontra defasado, pois não contempla o Seminário Integrado, é preciso reestruturá-lo conforme documento da LDB:

O ponto de partida para a conquista da autonomia pela instituição educacional tem por base a construção da identidade da cada escola, cuja manifestação se expressa no seu projeto pedagógico e no regimento escolar próprio, enquanto manifestação de seu ideal de educação e que permite uma nova e democrática ordenação pedagógica das relações escolares. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013, p.47)

Para tanto, é preciso legitimar as ações do Projeto Político Pedagógico, pois este tem o propósito de visar o melhor planejamento das atividades escolares no intuito de analisar as ações no dia a dia, para poder visualizar em quais medidas pode e deve ser aperfeiçoada, ou organizadas na concretização de tal projeto.

Portanto, para o Projeto Político-Pedagógico ser realmente um direito e um dever, temos que estar realmente envolvidos nesse processo. No entanto, é preciso estar cientes de que fazemos parte dele, acreditando na sua importância, para não ser somente um documento, e sim ser utilizado como norteador para um trabalho pedagógico desenvolvido coerentemente entre teoria e prática.

As conquistas já alcançadas em torno da educação materializam os propósitos da democratização, sendo algo imprescindível para a melhoria do ensino público, mesmo diante das dificuldades encontradas. Nesse sentido, acredito que os mecanismos que visam à maior participação dos usuários da escola e demais envolvidos são os relacionados aos mecanismos coletivos de participação como os conselhos de escola e o conselho de classe, o Círculo de Pais e Mestres, também as escolhas democráticas dos dirigentes escolares, bem como as iniciativas que estimulem e

facilitem o maior envolvimento de alunos, professores e pais nas atividades escolares (PARO, 2007).

Uma gestão escolar precisa dispor e utilizar-se dos recursos de forma intencional e organizada para assim atender aos seus objetivos utilizando-se de seus mecanismos coletivos de participação.

Quanto aos procedimentos, métodos e práticas democráticas que devem servir ao ensino e ao crescimento individual dos educandos, nossa escola provê de elementos fundamentais para a implementação de uma gestão democrática e participativa. Como decisão partilhada temos mecanismos como o fortalecimento da participação estudantil, a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico, a garantia dos financiamentos públicos da educação, discussão e implementação de novas formas de organização e de gestão escolar.

Aos mecanismos que dizem respeito a iniciativas que estimulem e facilitem o envolvimento de alunos, professores e pais nas atividades escolares, a escola está sempre buscando alternativas. Quanto aos professores, os mesmos compreendem que a escola não é isolada do sistema social, político e cultural e sim está inserida neste meio, e cada profissional da educação tem um papel importante como oportunizar meios para uma educação de qualidade para todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino/aprendizagem.

Não queremos, todavia, inferir que todas essas questões que envolvem o incremento de experiências inovadoras no setor educacional, por si só, possam atribuir a garantia da democratização da gestão, mas referendar os mecanismos como um importante instrumento para o exercício democrático, tudo isso nos leva a acreditar em uma construção de uma nova cultura escolar.

Pensando nesses mecanismos de participação da comunidade escolar, em um diálogo com a supervisora no mês de dezembro de 2014 foi estabelecido para o ano de 2015, que faríamos uma reunião com os pais dos alunos que estariam saindo do Ensino Fundamental e entrando para o Ensino Médio Politécnico. A reunião era para esclarecer a respeito da grade curricular do politécnico e sua reestruturação, e como funciona o Seminário Integrado e a avaliação.

Conforme Seduc (2011) valer-se de uma proposta da qual abarca o Seminário Integrado, voltado para o mundo do trabalho e das relações sociais, tem a intenção de promover uma formação científica e tecnológica, requer uma prática e um olhar

interdisciplinar dos docentes. Assim, o saber passa a ser concebido como construído e o aluno é instigado pela busca do seu conhecimento.

Valendo-me das palavras de Fazenda a respeito das inovações do politécnico da interdisciplinaridade e o Seminário Integrado, ressalto:

[...] não é propor a superação de um ensino organizado por disciplinas, mas a criação de condições de ensinar em função das relações dinâmicas entre as diferentes disciplinas, aliando-se aos problemas da sociedade. A interdisciplinaridade torna-se possível, então, na medida em que se respeite a verdade e a relatividade de cada disciplina, tendo-se em vista um conhecer melhor. (FAZENDA, 2011, p.89)

Nessa nova proposta os professores precisam compreender que a ideia de criar um projeto interdisciplinar, deve-se ao fato de reconhecermos que os conhecimentos que o ser humano constrói sobre o mundo, não são fragmentados em “disciplinas”, mas perpassam todas as áreas do conhecimento. Como o estabelecido anteriormente com a equipe diretiva no dia 18 de março, foi feita uma reunião com os pais ou responsáveis pelos alunos do 1º ano politécnico, para os esclarecimentos a respeito das bases curriculares e suas modificações, como funciona o Seminário Integrado, pois esses alunos vieram do ensino fundamental onde as bases curriculares eram por disciplina e, agora passaram ser por áreas de conhecimentos.

É necessário assinalar que, como em tantas outras escolas, é difícil reunir um grande grupo de pais, em torno de 30% compareceram, mesmo marcando à noite para facilitar, temos que planejar outras estratégias de como aproximar os pais ou responsáveis da escola, já que os mesmos são tão importantes quanto os professores na construção de conhecimentos.

Prosseguindo com o projeto de Intervenção, na segunda quinzena do mês de abril, fizemos uma reunião com a equipe diretiva e pedagógica e professores do Ensino Médio Politécnico dos turnos da manhã e noite, para tratarmos de assuntos referentes às diretrizes para 2015 em relação ao PACTO (formação de professores).

A supervisora trouxe alguns referenciais do Regimento Escolar do Ensino Médio Politécnico, bem como algumas indagações a respeito das avaliações. Foi discutido também acerca dos componentes curriculares e Projetos Vivenciais (Seminário Integrado) onde os alunos produziram relatórios ao final do projeto.

Vale salientar que, em relação à formação continuada dos professores, o Ministério da Educação lançou o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio, tendo por objetivo promover a formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam na área do Ensino Médio da rede estadual RS.

A resolução nº 51 de 11 de Dezembro de 2013 normatiza critérios de estudos e pesquisas aos educadores que se propõem a participar da formação Continuada no âmbito do Pacto Nacional pelo fortalecimento do Ensino Médio. Em seu Art. 2º nos diz:

O Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio tem como objetivo promover a valorização da formação continuada dos professores e coordenadores pedagógicos que atuam no Ensino Médio público, nas áreas rurais e urbanas, em consonância com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996 – LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (Resolução CNE/CEB nº 2, de 30 de janeiro de 2012 *apud* RESOLUÇÃO, 2013, p.2)

Acho de suma importância um programa de formação inicial e continuada para os profissionais da educação. Essa compreensão de valorizá-los reverte para a escola, pois isso significa ressaltar qualidade do ensino para que nossos alunos possam assim desfrutar de uma aprendizagem para toda a sua vida.

No transcorrer da reunião foi combinado com a supervisora e os demais professores que o Seminário Integrado iria ter como função distinta no 1º ano, no 2º ano e no 3º ano do Ensino Médio Politécnico, acrescentando o conceito do Seminário Integrado nas demais disciplinas. Nesse momento os diálogos foram destinados à importância do trabalho em conjunto em todas as áreas, instituindo o princípio educativo na perspectiva do trabalho interdisciplinar e na contextualização dos saberes escolares, bem como reforça Azevedo e Reis (2014) na importância de assegurar a transversalidade do conhecimento dos diferentes componentes curriculares.

No segundo trimestre, especificamente nos meses de junho, julho e agosto combinamos, pelo menos uma vez, encontros com professores de outras escolas que trabalharam com o Seminário Integrado relatando suas experiências.

Os relatos feitos por professores que já tinham experiências, citados na metodologia como professores A, B e C, nos levou a perceber que temos muitos problemas a resolver, decisões a tomar e procedimentos a aprender. Isso significa que estamos sempre a transgredir fronteiras, no propósito de termos uma escola voltada para a gestão democrática e da cidadania.

Ao abordar uma nova maneira de fazer do professor, estamos contribuindo com o processo de reflexão e interpretação sobre a sua própria prática, o qual permite ter um significado a relação entre o ensinar e o aprender, tanto do professor como de todos os envolvidos da comunidade escolar. Nas falas dos professores, foi possível observar que esse momento exige maior dedicação e novas posturas ao ministrar os conteúdos programáticos. Pois, a “interdisciplinaridade significa defender um novo tipo de pessoa, mais aberta, flexível, solidária, democrática e crítica.” (SANTOMÉ, 1998, p. 45).

Esse momento nos proporcionou uma abordagem crítica de todo o processo que serviria de inserção dessa disciplina e do sistema politécnico das escolas estaduais e de como ministrar tais aulas.

Portanto, o trabalho realizado por grupos e projetos de aprendizagem garante que se avaliem os alunos ao longo da construção de todo o processo, pois esse precisa ser contínuo, investigativo, diagnóstico e deverá contar com a participação de todos.

Essa reunião foi de grande valia para definirmos as estratégias relacionadas ao ensino e aprendizagens em relação aos nossos alunos, pois acreditamos que ao introduzir Seminário Integrado em nossa grade curricular estamos possibilitando aos mesmos se apropriarem de problematizações e de diálogos entre os conhecimentos sociais e a sua realidade, bem como aos conhecimentos formais. (AZEVEDO e REIS, 2014).

Sendo assim, esses encontros nos proporcionaram algumas reflexões sobre como promover a socialização de novos conhecimentos no processo do trabalho pedagógico dos docentes, trazendo um diálogo, para juntos assumirem um papel extremamente relevante na construção, implementação, e avaliação dos processos interdisciplinares, sem ignorar os saberes específicos de cada disciplina.

5. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao abordar as questões do Ensino Médio Politécnico, Seminário Integrado e interdisciplinaridade, me permiti repensar a relação entre teoria e prática, pois o trabalho interdisciplinar requer a participação, cooperação e interação de todos os sujeitos envolvidos. Para tanto, é necessário uma organização do ensino em novas bases epistemológicas, isso requer a ruptura da fragmentação disciplinar e também a formação do educando como investigador onde a pesquisa assume um papel formador no trabalho coletivo.

É prioritário ter uma nova postura sobre o papel da escola a respeito da educação de nível médio e devemos admitir que as mudanças são necessárias, pois precisamos de uma educação que dialogue com os sujeitos e que responda de forma efetiva à necessidade de uma educação para todos.

Não queremos, todavia, supor que todas essas questões que envolvem o incremento de experiências inovadoras no setor educacional, por si só, possam atribuir garantia à democratização da gestão, mas referendar os mecanismos como um importante instrumento para o exercício democrático que nos leva a acreditar em uma construção de uma nova cultura escolar.

Sendo assim, precisamos superar obstáculos, avançando sempre na defesa de uma escola viva, acreditando que a autonomia e a emancipação dos sujeitos são indispensáveis para exercerem seus direitos individuais, coletivos, sociais e políticos de cidadania.

Em suma, diante do exposto é primordial a consciência e o compromisso que o professor deve ter em relação ao seu papel como educador, o que irá dar forma a um dos grandes projetos da sociedade, ou seja, a promoção da aprendizagem como forma de emancipação dos sujeitos.

Assim, fica a certeza de que, o trabalho realizado ao longo dos anos de 2014/2015 com o Projeto de Intervenção, serviu como experiência para buscar novos subsídios como gestora, para tornar as aulas dos professores de Seminário Integrado mais atrativas e convidativas, pois a pauta da aprendizagem será sempre aprender uns com os outros e, dessa forma, novas possibilidades irão surgir.

Falhas no processo de ensino e aprendizagem podem fazer com que não se concretize a proposta de forma eficaz, mas fica a certeza de que a troca de saberes estabelecida na colaboração, que é um dos mecanismos do construtivismo –

interação e colaboração, realmente é um fator fundamental para que a aprendizagem aconteça. Esse foi o entusiasmo que tive ao propor o Projeto de Intervenção na escola onde atuo estabelecido no Curso de Gestão Educacional, fazendo com que nos tornemos os “instigadores”, os “facilitadores” na manutenção do ensino e aprendizagem, tanto dos alunos como toda a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, José Clóvis. REIS, Jonas Tarcísio (organização). **O ensino Médio e os desafios da Experiência**: movimentos da prática. 1º ed. São Paulo: Fundação Santillana: Moderna, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Reestruturação do ensino médio** : pressupostos teóricos e desafios da prática. — 1º. ed. — São Paulo : Fundação Santillana, 2013.

_____.Ministério da Educação.LDBEN: **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei: nº 9394/96. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

_____.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional da Educação. Câmara Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. ISBN: 978-857783-136-4 Educação Básica. Diretrizes Curriculares.

_____.Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Conselho Deliberativo resolução Nº 51 de dezembro de 2013.

CARBELLO, Sandra Regina Casso; GALINA Irene de Fátima. **Instâncias Colegiadas**: Espaços de Participação na Gestão Democrática da Escola Pública. [s.d.]. 30 mar. 2015.

CURY, Roberto Jamil. **O Princípio da Gestão Democrática na Educação**. Gestão democrática da educação pública. Salto para o futuro / TV Escola www.tvbrasil.com.br/salto. 2005.

FAZENDA, Ivani C. A. **O que é Interdisciplinaridade?** São Paulo: Cortez, 2008.

_____.**Integração e interdisciplinaridade no ensino brasileiro**: efetividade ou ideologia? E ed. São Paulo: Loyola. 2011. Disponível em:<[http://www.conselho.pucsp.br/gepi/downloads/PDFlivros integrantes gep/livros integra a interdisciplinaridade. pdf](http://www.conselho.pucsp.br/gepi/downloads/PDFlivros%20integrantes%20gepi/livros%20integra%20a%20interdisciplinaridade.pdf)> Acesso em: 26 set.2015.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set/dez. 2005.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 10º. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação Mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. 14 ed. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PARO, Vitor Henrique. **A estrutura da escola e práticas educacional democrática**. In: 30ª Reunião Anual da ANPED: 30 anos de pesquisa e compromisso social. Caxambu: 2007.

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO. Escola Estadual de Ensino Médio Engenheiro Roberto Bastos Tellechea – Rio Grande: 2009.

REGIMENTO ESCOLAR. **Ensino Médio politécnico.** Escola Estadual de Ensino Médio Engenheiro Roberto Bastos Tellechea – Rio Grande, 2013.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade:** o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SEDUC-RS. Secretaria da Educação do Rio Grande do Sul. Departamento Pedagógico – DP. **Proposta Pedagógica para o Ensino Médio – 2011-2014.** Seduc-RS. Porto Alegre: 2011.

SANTOS, Graziella Souza dos. **A centralidade do currículo sob as lentes das discussões Educacionais Críticas:** algumas contribuições a partir de um estudo sobre a Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre (RS): Revista Pedagógica – UNOCHAPECÓ - Ano -17 - n. 30 vol. 01 - jan./jun. 2013.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação:** uma introdução metodológica. Educação e Pesquisa, v. 31 n. 3, p. 443-466. set/dez. 2005.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: gestão, projeto-político e avaliação. **Retrato da Escola**, Brasília: CNTE, V. 7, n.12, 159-166, jan/jun.2013.

VIRGINIO, Alexandre Silva; BITTENCOUT, Jaqueline Marcela. **O direito à educação na formação de gestores escolares.** Formação a distância para Gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul? Maria Beatriz Gomes da Silva e Maria Luiza Rodrigues Flores (Org). Porto Alegre: Evangraf, 2014.